

ACTA nº 32/XII/ 1.ª SL

Em 6 de Março de 2012, pelas 17 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte

Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de Iniciativas.

Proposta de Resolução nº 26/XII/1ª - Aprova o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e os Seus Estados-Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo, em 25 de Junho de 2005, assinado em Ouagadougou, em 22 de Junho de 2010.

3. Apreciação de Pareceres.

4. Discussão dos Projetos de Resolução:

nº 187/XII/1ª do GP/PCP - Recomenda a qualificação da rede consular e a sua adequação às necessidades das comunidades portuguesa no estrangeiro;

nº 223/XII/1ª do GP/PS - Recomenda ao Governo que não encerre seis postos consulares na Europa e que proceda a uma avaliação das necessidades em meios humanos e técnicos dos postos para que possam responder cabalmente às suas missões.

5. Aprovação da ata nº 31, da reunião de 28 de Fevereiro de 2012.

6. Outros assuntos.

Depois de verificado o quorum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com o

Ponto nº 1 da OD

O Senhor Presidente da Comissão deu várias informações:

- entrou um requerimento do PCP para a audição, conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar, do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre os acordos União Europeia/Marrocos e União Europeia/Mercosul.

O Senhor Deputado Bernardino Soares apresentou o requerimento, fundamentando e sublinhando a importância de a audição ser conjunta, após o que o Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração o projeto de Parecer em análise, que foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

- está prevista, para as 10h30 da próxima 3ª feira, dia 13 de Março, uma reunião com uma Delegação chefiada pelo Vice-Presidente da Assembleia Consultiva da Indonésia, em formato Presidente e representantes dos Grupos parlamentares, atendendo à realização das jornadas parlamentares do BE. O Senhor Presidente da Comissão dialogou com o Senhor Deputado Bernardino Soares, que considerou só ser possível um encontro informal e com o acordo do Grupo parlamentar do BE, e a Senhora Deputada Maria de Belem Roseira, que concordou com o anterior enquadramento e, ainda, com a autorização da Presidente da Assembleia da República, tendo ficado de verificar com a Presidente da Assembleia da República e com o Grupo parlamentar do BE as condicionantes deste encontro.

- foi hoje recebida a lista dos novos Embaixadores de Portugal a serem colocados em novo posto, para efeito de marcação de audições com a Comissão.
O Senhor Presidente da Comissão dialogou com o Senhor Deputado Basílio Horta, ficando de falar com os coordenadores dos grupos parlamentares para fixar prioridades.
- está pendente um pedido de audiência do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais – IEEI, sobre matérias da Cooperação, que ficou de se calendarizar para as 16h de uma 3ª feira.
- foram recebidos em audiência, no passado dia 1 de Março, os Embaixadores do Chile, de Cuba e da Venezuela, que representam a troika da Comunidade de Estados Latino Americanos e do Caribe – CELAC, com interesse para a Diplomacia económica, e que mostraram interesse em fazer uma apresentação da CELAC, na AR, aos Deputados da Comissão e outros.
A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira considerou que poderia ter interesse para os colóquios diplomáticos, incluindo o Governo como convidado.
A Senhora Deputada Mónica Ferro concordou, exemplificando com iniciativa semelhante do Grupo parlamentar do PSD sobre Macau.

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou ter dado entrada na Comissão a Proposta de Resolução nº 26/XII/1ª - Aprova o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e os Seus Estados-Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo, em 25 de Junho de 2005, assinado em Ouagadougou, em 22 de Junho de 2010, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer.

Ponto nº 3 da OD

O Senhor Presidente da Comissão, em diálogo com os Senhores Deputados presentes, verificou que não havia objeções por parte dos a que a Comissão apreciasse o parecer relativo à Proposta de Resolução nº 21/XII/1ª - "Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote, em 25 de outubro de 2007".

A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira, agradecendo a oportunidade de relatar esta Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, apresentou detalhadamente o projeto de Parecer, que elaborara, na qualidade de Relatora, sobre a Proposta de Resolução nº 21/XII/1ª, tendo os Senhores Deputados Mónica Ferro e José Lino Ramos congratulado a Senhora Deputada Relatora pelo Relatório apresentado, e o Senhor Presidente da Comissão salientado a importância desta Convenção, que carece de medidas importantes de execução pelo Governo, após o que colocou à consideração o projeto de Parecer em análise, que foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

Ponto nº 4 da OD (esta parte da reunião foi gravada e o seu registo áudio faz parte integrante da ata)

O Senhor Deputado João Ramos procedeu à apresentação do Projeto de Resolução (PJR) n.º 187/XII (1.ª) – (PCP) de que é proponente, defendendo a necessidade de manter o apoio consular perante as circunstâncias difíceis existentes, fundamentando, e criticou as opções do Governo.

O Senhor Deputado Paulo Pisco procedeu à apresentação do projeto de Resolução (PJR) n.º 223/XII (1.ª) – (PS) de que é proponente, referindo-se aos critérios usados para encerrar os postos consulares, fundamentando, interrogando sobre casos com dados concretos e criticando as opções do Governo.

O Senhor Deputado José Lino Ramos relevou o momento de crítica política dos autores destes projetos de resolução, rebatendo, e sublinhou os bons fundamentos das opções do Governo, em que os cortes resultam das dificuldades económicas recebidas pelo Governo; questionou a utilização dos números pelo Senhor Deputado Paulo Pisco.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves salientou a boa orientação das opções do Governo com cortes menores na área dos consulados, rejeitando as críticas feitas, especificando diversos aspetos concretos relativos a vários consulados suscitados nos projetos de resolução, que contestou detalhadamente.

Concluiu que o Grupo parlamentar do PS, conhecendo a situação dos consulados portugueses, não poderia apresentar este projeto de resolução, que rejeitou.

A Senhora Deputada Mónica Ferro considerou que este tema mobiliza o Grupo parlamentar do PSD e rejeitou a forma usada neste debate contra o Governo.

O Senhor Deputado João Ramos, encerrando o debate, respondeu às críticas dos Senhores Deputados José Lino Ramos e Carlos Gonçalves, defendendo a importância do apoio aos Portugueses emigrados e afirmou poder subscrever o projeto de resolução do PS, lamentando este assunto não ter sido tratado no anterior Governo.

O Senhor Deputado Paulo Pisco, encerrando o debate, respondeu às críticas do Senhor Deputado José Lino Ramos, rejeitando a manipulação de dados pelo Governo, e do Senhor Deputado Carlos Gonçalves, nomeadamente quanto à dotação em despesas com pessoal em consulados, criticando as opções do Governo e referindo as diversas menções do Governo sobre a atual emigração de Portugueses.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves contestou a anterior intervenção, nomeadamente a referência feita a que “as receitas do Estado, para além dos emolumentos consulares, duplicam as receitas”, e quanto às distâncias dos Emigrantes aos Serviços consulares, considerando que com esta intervenção se faz um número político para o círculo eleitoral.

A Senhora Deputada Maria João Ávila agradeceu aos Grupos parlamentares do PCP e do PS não se terem lembrado dos Emigrantes portugueses de fora da Europa, exemplificando com distâncias nos EUA.

O Senhor Deputado José Lino Ramos rejeitou os termos das acusações feitas, notando a diminuição de despesas pelo Governo.

O Senhor Deputado João Ramos referiu-se a custos com a cessação de contratos.

O Senhor Deputado Paulo Pisco recordou o período anterior e rejeitou críticas que lhe foram feitas, afirmando manter as suas convicções.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente da Comissão referiu estar em apreciação a ata nº 31, da reunião de 28 de Fevereiro de 2012, e que, não havendo reservas, esta se considerava aprovada, o que não suscitou oposição dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de São Bento, 8 de Março de 2012.

O Presidente da Comissão

(Alberto Martins)